

Artigo:

Modo de vida ribeirinho: territorialidade nas comunidades tradicionais na região insular da ilha de João Pilatos em Ananindeua/PA

River way of life: territoriality in traditional communities in the island region of the island of João Pilatos in Ananindeua/PA

Modo de vida ribeirinho: territorialidad en las comunidades tradicionales en la región insular de la isla de Juan Pilatos en Ananindeua/PA

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18091172>

Erneida Coelho de Araujo
Universidade Federal do Pará

Eva Maria Tavares da Silva

Resumo

O presente artigo aborda o modo de vida da população ribeirinha e a territorialidade dos residentes da região insular de Ananindeua, com foco na ilha de João Pilatos, localizada ao entorno do Furo Maguari e ao redor das outras ilhas do município, o seu modo de produção e os anseios vividos pelas famílias da ilha. Assim se buscou um contato direto com a comunidade, observando-se as interações cotidianas, ou seja, o modo de vida desta população. Utilizou-se o levantamento bibliográfico em revistas, documentos disponíveis na internet, artigos relacionados à pesquisa, documentos da prefeitura, dados, e visitas “in loco” para observação da área estudada, a pesquisa qualitativa e a observação participante. Portanto é necessário compreender que a Amazônia não se limita apenas às suas fontes de recursos naturais, deve-se levar em conta a identidade amazônica como uma especificidade territorial dos seus povos, acrescenta-se que as populações ribeirinhas têm o conhecimento do espaço geográfico, noção de sua cultura e territorialidade, práticas cotidianas que favorecem a preservação das florestas na região amazônica, as quais se traduzem, portanto na identidade dos moradores e senso de pertencimento em relação ao território, assim como são fonte de uma gama de conhecimentos empíricos; como os saberes tradicionais e crenças que foram repassados pelos seus ancestrais. Ademais se faz necessário entender que a partir do empirismo e do concebido a consciência de pertencimento socioespacial, as identidades territoriais se constituem.

Palavras-chave: Ilha João Pilatos; Povos tradicionais; Território.

Abstract

This article addresses the river way of life population and the territoriality of residents of the island region of Ananindeua, focusing on João Pilatos Island, located around Furo Maguari and the other islands in the municipality, its production methods, and the concerns of the island's families. Direct contact with the community was sought, observing daily interactions, that is, the river way of this population. A bibliographical survey of journals, online documents, research-related articles, city hall documents, data, and on-site visits to observe the study area were used, as well as qualitative research and participant observation. Therefore, it is important to understand that the Amazon is not limited to its natural resources. Amazonian identity must be taken into account as a territorial specificity of its peoples. Furthermore, riverside populations possess knowledge of the geographic space, a sense of their culture and territoriality, and daily practices that favor the preservation of the Amazon region's forests. These practices, therefore, translate into residents' identity and sense of belonging to the territory. They are also sources of a range of empirical knowledge, such as traditional knowledge and beliefs passed down from their ancestors. Furthermore, it is important to understand that territorial identities are formed based on empiricism and the conceptualization of socio-spatial belonging.

Keywords: João Pilatos Island, Traditional Peoples, Territoriality.

Resumen

Este artículo aborda el modo de vida de la población ribereña y la territorialidad de los residentes de la región insular de Ananindeua, con especial atención a la isla João Pilatos, ubicada en los alrededores de Furo Maguari y las demás islas del municipio, sus métodos de producción y las preocupaciones de las familias isleñas. Se buscó el contacto directo con la comunidad, observando sus interacciones cotidianas, es decir, el modo de vida de esta población. Se utilizó una revisión bibliográfica de revistas, documentos en línea, artículos de investigación, documentos municipales, datos y visitas in situ para observar el área de estudio, así como investigación cualitativa y observación participante. Por lo tanto, es importante comprender que la Amazonía no se limita a sus recursos naturales. La identidad amazónica debe considerarse una especificidad territorial de sus pueblos. Además, las poblaciones ribereñas poseen conocimiento del espacio geográfico, un sentido de su cultura y territorialidad, y prácticas cotidianas que favorecen la preservación de los bosques de la región amazónica. Estas prácticas, por lo tanto, se traducen en la identidad de los residentes y su sentido de pertenencia al territorio. También son fuentes de diversos conocimientos empíricos, como los conocimientos y creencias tradicionales transmitidos por sus ancestros. Además, es importante comprender que las identidades territoriales se forman con base en el empirismo y la conceptualización de la pertenencia socioespacial.

Palabras clave: Isla Juan Pilatos; Pueblos tradicionales; Territorio

INTRODUÇÃO

A população amazônica foi construída a partir de processos de colonização de diversos povos derivados de diversos grupos étnicos e tradicionais que fazem parte da região, dentre esses povos se destacam as comunidades tradicionais. Segundo o Ministério do Meio Ambiente: “Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (inciso I Art. 3º Decreto 6.040 / 2007)”.

As ciências humanas remetem o termo de modo de vida, tratado sob o contexto de “gênero de vida” que segundo La Blache (2005, p. 2) “implica em uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas”. Para Louzada (2014), as diversas definições de ribeirinho servem para destacar um ponto em comum: o elo de proximidade com os rios, igarapés, furos. Esses elementos da natureza hídrica têm uma grande importância, pois são o principal meio de locomoção em grande parte da Floresta Amazônica, todavia, esse elo é superior à necessidade de locomoção, já que esses corpos d’água também são fontes do alimento básico dessas populações.

Segundo Silva (2010), mesmo vivendo em um ambiente rico em biodiversidade e cultura, a população ribeirinha enfrenta sérios problemas estruturais como ausência de energia elétrica, falta de saneamento básico, dificuldade de acesso à educação e saúde. Para além disso, convivem ainda com o pouco ou nenhum conhecimento sobre seus direitos e políticas públicas;

“Quando essas são desenvolvidas, não são levados em consideração as especificidades dessas populações refletindo em problemas que os assolam na esfera econômica, de educação e de saúde” (Conceição; Sodré; Filho, 2021).

As populações ribeirinhas são objetos de estudos de diversas ciências, uma delas a geografia, na Amazônia é possível encontrar esses povos ao longo dos rios, no qual ainda são vistos como um povo “primitivo” pela população urbana, por conta do seu modo de vida e sua sobrevivência que vem da pesca, extrativismo vegetal e plantações de subsistência, a dinâmica de vida do ribeirinho é regida pelo tempo da natureza e do rio, totalmente diferente do tempo em que se vive na cidade, onde a tecnologia deixa tudo mais rápido na palma da mão, tendo assim o pensamento de ser “superior” (Santos; Salgado; Pimentel, 2010).

O Estado do Pará possui 39 (trinta e nove) ilhas segundo Silva (2010), com diferentes características ambientais incluindo ilhas com áreas de grande avanço da urbanização como no caso da ilha de Caratateua (Outeiro), a região insular de Belém possui um grande acervo científico a seu respeito, o mesmo não acontece com a região insular de Ananindeua que mal é conhecida por seus próprios moradores da região, sendo este um dos motivos da escolha de área de estudo, além disto o artigo visa ainda beneficiar a população local que carece de boas políticas públicas, principalmente econômicas como foi analisada durante as visitas de campo e no questionário aplicado.

Ao longo da história a Amazônia foi compreendida como a construção de múltiplas desigualdades, sendo o de caráter econômico um dos mais existentes, segundo Iêda Silva (2017) pode-se compreender que a região é produto da contradição existente entre o significado social e cultural no território amazônida, na qual se expressa os defasados modos de vivência acerca da população ribeirinha.

Castro (1997) destaca dois elementos definidores da territorialidade ribeirinha, a floresta e os cursos d'água, não somente como recurso de sustentação, mas como forte significado na identidade. Durante o cotidiano dessas famílias foram desenvolvidas atividades combinadas entre as roças com a mandioca, a banana e as folhosas, e também o cultivo das plantas medicinais e frutíferas, criação de pequenos animais, e a pesca de subsistência.

As identidades territoriais são traçadas não e pelo processo de apropriação do espaço entre as relações de poder. No entanto se pode assegurar que em todo processo de territorialização as identidades se constituem, não se pode afirmar que toda identidade é dada a partir de um território, nem toda identidade constroi territórios, pois todas estão situadas no espaço-temporal, mas apenas algumas têm seu ponto referencial no território (Silva, 2017).

Mas, afinal, o que constitui este universo identitário dos povos amazônicos? Quais são as necessidades e caminhos possíveis a partir dos conhecimentos empíricos das comunidades que os levam ao pertencimento do seu território? Assim se buscou um contato direto com a comunidade, observando-se as interações cotidianas, ou seja, o modo de vida desta população.

REFERENCIAL TEÓRICO

Quando se inicia a discussão a respeito da identidade amazônica, a população ribeirinha é imediatamente apontada como uma população tradicional, pois ela representa um saber tradicional da Amazônia, e a partir dessa discussão se tem uma dimensão da importância da conservação e preservação dos rios e matas da região.

Segundo Cruz (2011) às populações “tradicionalis” se organizam, ganhando visibilidade e protagonismo, se constituindo e afirmando como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos a

partir de suas territorialidades e identidades territoriais. Essas lutas são lutas por redistribuição e por maior igualdade de acesso aos recursos materiais bem como pelo reconhecimento da legitimidade das diferenças e identidades culturais expressas nos diferentes modos de produzir e nos diferentes modos de viver de tais populações.

As comunidades tradicionais são caracterizadas como trabalhadores da terra, ou seja, trabalhadores que desenvolvem meios de produção através da natureza e do que ela pode fornecer. As comunidades tradicionais são formadas por seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais, marisqueiras e também ribeirinhos. O termo “ribeirinho” faz referência àquele que anda sobre os rios, que por sua vez “constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, fonte de alimento e via de transporte, graças, sobretudo às terras férteis de suas margens” (Fraxe; Pereira; Witkoski, 1994 p. 94).

Dentro do que se denominam comunidades tradicionais, mais especificamente falando, têm-se as comunidades ribeirinhas, as quais vivem às margens de rios e sobrevivem de acordo com más condições impostas pela natureza. Chaves (2001) afirma que a população ribeirinha é exemplo e referência entre os povos tradicionais pela maneira como se comunicam, bem como pelo tempo em que passam em contato com a natureza, aprimorando diariamente seus conhecimentos sobre a água, fauna e flora.

Loureiro afirma que “os rios na Amazônia consistem em uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humana excepcional. O rio é o fator dominante nessa estrutura fisiográfica e humana conferindo um ethos e um ritmo à vida regional. Dele dependem a vida e a morte, fertilidade e carência, a formação e a destruição de terras, a inundação e a seca, a circulação humana e de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade. O rio está em tudo (Loureiro, 1995, p. 121).

As comunidades tradicionais ribeirinhas estabelecem uma relação com

os rios, onde o rio lhes traz um significado muito grande, configurando-se como uma parte de sua vida ou até mesmo a sua vida, descrição de Cruz M. (1995, p. 04).

“[...] Rio e ribeirinho são parte de um todo. Se o rio oferece seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas. O ribeirinho oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe natureza, mãe-d'água, cobra grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem[...]”

As marés condicionam o estilo de vida das populações ribeirinhas; regulam a navegação e o comércio; influenciam os hábitos de vida do ribeirinho; estabelecem os horários de acordar, de pescar, de caçar e de lazer; facilitam o acesso dos extratores aos centros de exploração e para a coleta dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros (Tourinho et al., 2009).

Além da importância dos rios, as populações tradicionais têm um modo de vida muito particular em diversos âmbitos como: uso do território, uso e manejo dos recursos locais com seus conhecimentos empíricos em conjunto com a comunidade, no estabelecimento de relações sociais como o de compadrio e parentesco, isso se configura como singularidades da própria região (Chaves, 2001).

Para Robert Sack (1986), a territorialidade é algo enraizado social e geograficamente, estando relacionada à maneira com que as pessoas usam o meio e organizam-se no espaço e como dão sentido ao lugar. A territorialidade é um uso sensato do espaço historicamente, sendo o componente geográfico para se entender como a sociedade e espaço estão inter-relacionados.

A territorialidade pode ser definida também como o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função

aos objetos espaciais. Essas territorialidades são associadas aos diferentes tipos de usos do território. Nesse sentido é necessário a valorização dos saberes do povo ribeirinho, uma vez que estes convivem harmonicamente com o ambiente e cultivam vivências repletas de histórias e estórias, onde sobretudo se evidencia a manutenção da biodiversidade.

A importância do povo nativo da Amazônia ultrapassa qualquer esfera, haja vista que, segundo Silva (2014) as comunidades tradicionais, antes mesmo dos cientistas, são o povo que possui o conhecimento empírico necessário para a utilização e manuseio dos recursos, como por exemplo, os alimentos.

A construção do saber tradicional possui inúmeras peculiaridades. É um saber alicerçado na vivência dos indivíduos, nas suas relações pessoais, sociais e também com o ambiente. Pode-se afirmar que o conhecimento tradicional é fruto do trabalho e das descobertas de um grupo, o que justifica sua riqueza e diversidade (Mendonça et al., 2007, p. 91) descreve em sua obra que:

O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearam a sua organização social em um sistema de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes, responsáveis pelas formas de economia de subsistência e de mercado. Dentro desse contexto desenvolveram-se o homem e a sociedade amazônica, ao longo de um secular processo histórico e institucional.

Segundo Silva (2010), mesmo vivendo em um ambiente rico em biodiversidade e cultura, a população ribeirinha enfrenta sérios problemas estruturais como ausência de energia elétrica, falta de saneamento básico, dificuldade de acesso à educação e saúde. Para além disso, convivem ainda com o pouco ou nenhum conhecimento sobre seus direitos e políticas públicas.

“Quando essas são desenvolvidas, não são levadas em consideração as especificidades dessas populações refletindo em problemas que os assolam na esfera econômica, de educação e de saúde” (Silva, 2010).

Sobre a alimentação das populações ribeirinha Josué de Castro, faz uma análise a respeito de a dieta alimentar, que consiste basicamente em derivados da mandioca, da pesca, do açaí entre outras coisas que a própria floresta lhes oferece, assim ele escreve:

Com a massa da mandioca bem amassada preparam uma infinita variedade de pastas conhecidas pelo nome de beijus, variando em sua forma, tamanho, consistência, tempero e gosto, tomando em cada caso um nome diferente de beiju - açu, beiju - cica, beiju - membeca, beiju - peteca, beiju - toteca e muitos outros, conforme encontra documentado em trabalho de Nunes Pereira sobre a alimentação da Amazônia. (Castro, 1984, p. 45).

O açaí além de fazer parte de um cardápio alimentar do ribeirinho, ele também faz parte da fonte de renda das famílias das comunidades. O açaí, fruto típico de áreas alagadas, mais que um simples fruto natural, para muitas comunidades amazônicas é um elemento constitutivo da cultura, marcando paisagens e os meios de vida ribeirinhos (Fontes; Ribeiro, 2012).

Nota-se que entre as principais atividades econômicas que são desenvolvidas no Estado do Pará, a fruticultura de açaí é a que apresenta maior potencial de distribuição de renda, tendo em vista que ela envolve milhares de pequenos produtores e indústrias processadoras (Silva, 2016). Tanto no cenário nacional quanto internacional, a comercialização do açaí vem sendo amplamente difundida pelas suas propriedades nutricionais e por ser um alimento com inúmeras funções na dieta humana. O açaí é a principal fonte de renda de grande parte dos produtores agrícolas da região norte brasileira, tendo em vista que sua extração é uma atividade típica da agricultura familiar.

Somente no estado do Pará, que é o maior produtor mundial do fruto, a cadeia de valor do açaí movimenta mais de R\$3 bilhões por ano, gerando, assim, milhares de empregos para a população local (Alves, 2022).

O termo “meio de vida”, foi e vem sendo muito utilizado nos estudos com o objetivo de demonstrar as transformações em grupos ou sociedades rurais. Sobre o modo de vida dos ribeirinhos, Loureiro (1992) retrata que estes desenvolvem uma estrutura produtiva, exclusivamente, embasada na subsistência, as principais atividades eram o extrativismo e a agricultura, desenvolvidos por meio de técnicas rudimentares e formas tradicionais.

A obra de Antonio Cândido, *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, publicada no ano de 1964, tornou-se pioneira no desenvolvimento de estudos sobre meios de vida tradicionais e suas transformações.

A sua obra relata que a vida social é compreendida a partir da satisfação das necessidades que não são apenas de natureza física, mas também social. Referindo-se às formas de organização e cultura de um grupo sobre o meio que está inserido na busca por estratégias de reprodução social e material da vida.

Segundo Silva e Freitas (2021) meios de vida podem ser definidos como um conjunto de atividades, ativos e acessos que as pessoas têm para construir seus hábitos, suas relações sociais, seu consumo alimentar, ou seja, suas necessidades de vida.

Quando se fala em populações ribeirinhas pesca rudimentar, criação de animais para completar a escassa alimentação (por, logo vem ao imaginário pessoas que vivem na beira do rio, com uma economia fraca advindas da porcos, galinhas e patos), pesca e uma pequena agricultura familiar de subsistência.

A Ilha de João Pilatos foi o exemplo utilizado como referência, onde a maioria dos moradores são pescadores artesanais, além de pequenos

extrativistas, vivendo principalmente da coleta do açaí, típico dos ecossistemas de várzeas da Amazônia, sobretudo com sua cultura rudimentar, simbolizados pela grande dependência dos fatores naturais, climáticos, biológicos e hidrológicos, para a sua sobrevivência e reprodução social.

Dentro desta premissa, se concebe o território como o lugar imprescindível para a reprodução do modo de vida e a realização das atividades práticas e sociais (Marques, 1994). Assim, o território é o resultado do uso e da apropriação do espaço por um grupo social, dessa forma, o modo de vida e território se integram.

Com base nesta compreensão, o modo de vida da Ilha de João Pilatos vai sendo gestado mediante a forma como se organizam socialmente no território, agregando valores, simbologias, crenças e misticismos no desenvolvimento de suas atividades econômicas e culturais, formando uma identidade coletiva. Pode-se dizer, então, que o processo de construção do modo de vida da população ribeirinha da Ilha remete a forma como reconhecem o seu território e interagem com ele por meio das ações vivenciadas. Dessa forma, cria-se forte vínculo de territorialidade, a qual se efetiva nas relações sociais do cotidiano (Saquet, Sposito, 2009).

Ainda nesta mesma linha de pensamento, Diegues (1996) traduz o território como o espaço das reproduções culturais, onde os grupos sociais possuem uma íntima relação com ele, apresentam comportamento familiar e dependência econômica.

Para Santos:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da

vida, sobre os quais ele influí. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (Santos, 2000, p.96).

Nesse sentido, acredita-se que a comunidade tradicional em si é o ambiente onde se concretizam as relações sociais, estilos de vida e saberes repassados, evidenciando sempre a importância de sua cultura, nunca perdendo, dessa maneira, a construção e essência da sua identidade.

METODOLOGIA

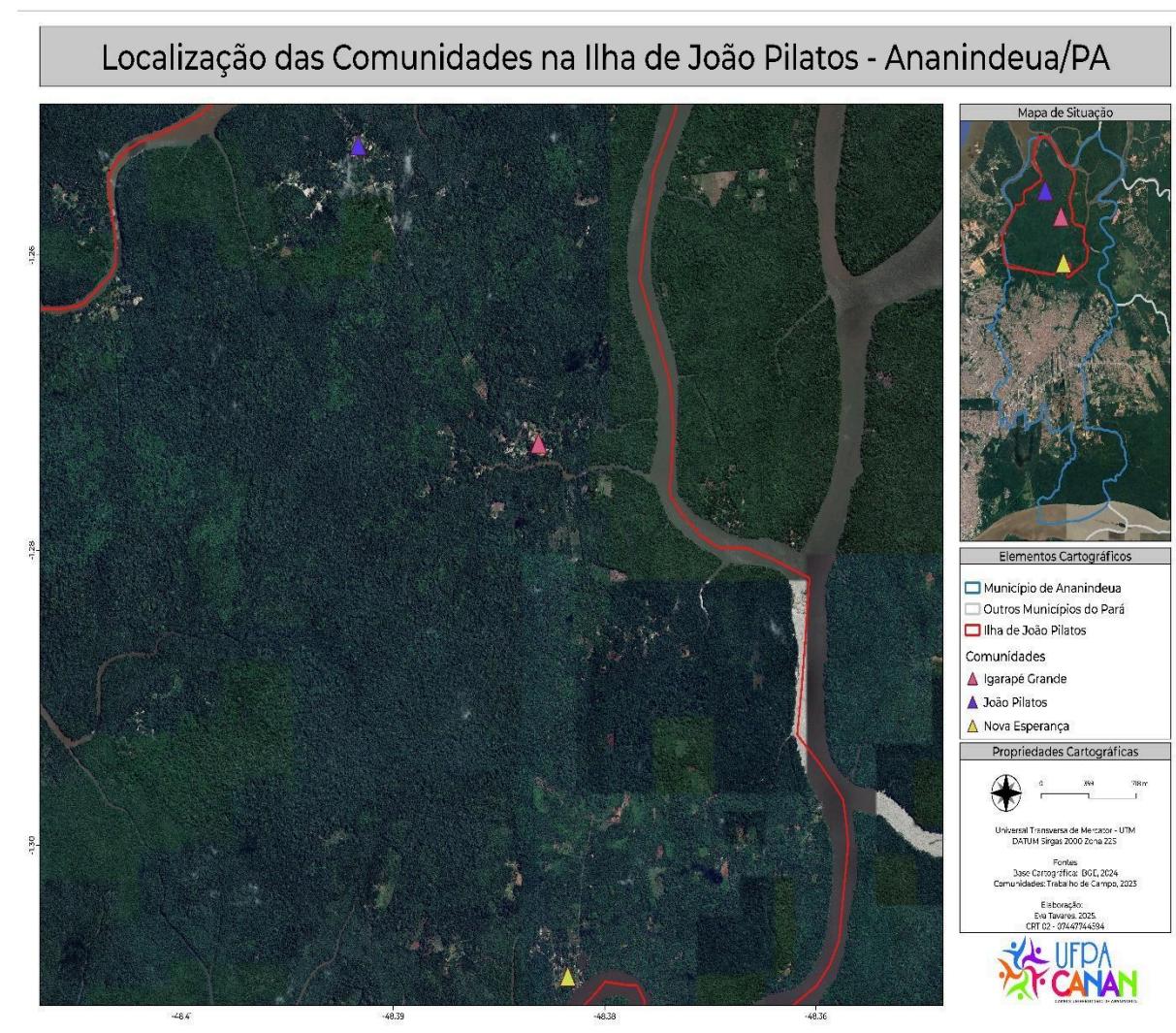
A pesquisa foi realizada em 3 (três) etapas sendo elas: levantamento bibliográfico em revistas, documentos disponíveis na internet, artigos relacionados à pesquisa, documentos da prefeitura, dados do IBGE, e visita técnica em campo para observação da área estudada,

Para responder ao objetivo proposto foram percorridos caminhos inseridos no método qualitativo, pois a pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014), e se aprofundou na observação participante já que para compreender uma cultura se faz necessário a interpretação de seus símbolos por meio de uma descrição densa das práticas do grupo, daí a importância da observação participante, pois é necessário estar no meio cultural que se pretende estudar, observando, conversando, fazendo um trabalho de campo que consiste em viver com o outro, ver as coisas do ponto de vista dos atores, procurando compreender com eles o sistema de valores, as práticas, pensamentos, sentimentos que constituem o modo de ser, a existência coletiva (Geertz, 1989).

ÁREA DE ESTUDO

Segundo dados do site oficial da Prefeitura de Ananindeua, a região possui 8 ilhas na região insular. A ilha possui 3.854, 7138 ha, faz limite ao norte com as ilhas de Mosqueiro e São Pedro, ao leste com as ilhas de Santa Rosa, Sororoca e Sassunema, ao sul com a Ilha de Guajarina e a oeste com as ilhas de Caratateua, Viçosa e a área continental de Ananindeua. Além de ser cercada por grandes rios como o Maguari, possui vários furos e igarapés, que nascem nos municípios de Benevides, Marituba e Ananindeua e deságuam na Baía de Santo Antônio e Guajará formando a Bacia de João Pilatos.

A ilha de João Pilatos é formada por 3 (três) comunidades, área do estudo: Nova Esperança, Igarapé Grande e João Pilatos (Figura abaixo) . O



acesso à ilha e às margens se dá por via do Rio Maguari através de transporte fluvial, saindo do Porto do Surdo no Curuçambá a comunidade mais próxima é a Comunidade Nova Esperança que fica a 10 min do porto, um morador da comunidade trabalha fazendo a travessia com um “barco de linha”.

A comunidade de João Pilatos, em virtude de sua proximidade geográfica com a ilha de Caratateua, tem como principal ponto de acesso o Porto Fidelis. O tempo de travessia até a comunidade varia em torno de 30 minutos, podendo sofrer alterações de acordo com o tipo de embarcação utilizada. Durante a semana, a rota é atendida por linhas regulares, demandadas principalmente pelos professores da escola estadual local. Aos finais de semana, o transporte é realizado por embarcações particulares dos próprios moradores. A comunidade de Igarapé Grande, situada na região central da ilha, apresenta maior dificuldade de acesso. As principais vias de entrada são uma trilha com origem em João Pilatos ou o rio, acessível a partir da comunidade de Nova Esperança.

Figura 2 – A) Porto para o acesso a Comunidade João Pilatos; B) Porto para o acesso a Comunidade Nova Esperança; C) Trilha para o acesso a Comunidade Igarapé Grande; D) Praça Proença e Souza em homenagem à família fundadora da Comunidade João Pilatos.



Fonte: Acervo da autora (2022)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as diversas perspectivas sobre os povos tradicionais e sua reprodução social no território, com enfoque em sua relação com a natureza e os elementos culturais que os definem como tais, busca-se evidenciar a presença de uma Amazônia portadora de multiplicidades que conferem aos grupos sociais nela existentes características singulares ao longo da história de formação deles.

As observações revelaram que a vida dos ribeirinhos, marcada pela pesca artesanal, agricultura de subsistência e fortes laços comunitários, contrasta com o modo de vida urbano, caracterizado por atividades econômicas mais diversificadas e relações sociais mais individualizadas. Essa distinção confirma os achados de diversos estudos que apontam para a importância da relação com o ambiente natural na construção da identidade e da cultura das comunidades ribeirinhas. A influência do meio urbano sobre as comunidades vizinhas é evidente. No caso da Nova Esperança, a proximidade do bairro do Curuçambá, com seu porto (Porto do Surdo), faz com que os moradores busquem lá seus alimentos, serviços de educação e saúde, integrando-se cada vez mais aos padrões de consumo e comportamento urbanos.

A ilha como um todo vem sofrendo pela falta de diversos serviços públicos básicos: baixo índice de acesso à água potável; falta de coleta adequada de lixo; há também uma longa distância para escola de ensino fundamental; a crescente insegurança nas comunidades inclusive pirataria; e dificuldade de comunicação (acesso a telefonia e internet). Estes problemas se somam a baixa representatividade política, escassa articulação social e baixa perspectiva de atenção à ilha e a solução de seus problemas a curto prazo. Outra problemática que a população vem sofrendo é a elevação do custo de vida, dificuldade esta que compromete a preservação do seu modo de vida somente com as atividades tradicionais, como: roçado, pesca, horta e a extração do açaí, apesar do crescimento da atividade ecoturística, as comunidades não sobrevivem dessa atividade e nem tem suporte para abrigar os turistas como hotelaria e restaurantes.

Quanto à representação política dos ribeirinhos, observa-se a falta de representação política, apesar da atuação da associação, ela ainda não é o suficiente, e assim a invisibilidade para as reais problemáticas amplia a cada

dia mais a vulnerabilidade dessas comunidades. Apesar das inúmeras visitas turísticas através do Ecoturismo realizado pelo Grão Ipá em parceria com a Secretaria do Turismo com o secretário Adrielson Furtado e de pesquisadores na região, ainda não são o suficiente para que o poder público atue nas comunidades trazendo o mínimo de visibilidade para a população.

No que diz respeito à economia local, ela é gerada grande parte de atividades sazonais de subsistência, como o extrativismo vegetal de açaí, cupuaçu, castanha do Brasil e a pesca de camarão e peixe, além daqueles que recebem auxílio governamentais. A composição de renda dos ribeirinhos provém principalmente das vendas dos cultivos das espécies vegetais e de suas práticas pesqueiras, contudo como já citado, o número de idosos e crianças é elevado na região insular, logo em função da condição de vulnerabilidade alguns residentes têm acesso aos auxílios governamentais, como por exemplo o bolsa família.

O Art. 205 da Constituição Federal de 1988, prevê que a educação formal é um direito de todos e dever do Estado, e se faz de essencial importância para o desenvolvimento do ser humano, preparando-o para o exercício da cidadania, assim como permite a qualificação para o mercado de trabalho.

Diante disso, podemos assegurar que a inclusão escolar não está restrita apenas em aplicar o direito que determina que as pessoas tenham acesso à educação (Mantoan 2006), mas, ela precisa se adequar às diversas realidades para seu acesso, logo, diante desse panorama se faz necessário promover meios para que o aluno tenha acesso a mesma. A educação formal na ilha é aplicada por professores da zona urbana que são transportados diariamente através da lancha escolar até as comunidades que possuem a escola. A precarização escolar na localidade aponta que os índices de escolaridade da ilha são reduzidos.

As dificuldades de locomoção até a escola, decorrentes das más condições do transporte, expõem os alunos a diversos riscos e comprometem sua segurança física e emocional. A jornada escolar, marcada por longas caminhadas, alagamentos e a precariedade das embarcações, além de gerar estresse e fadiga, contribui para a evasão escolar, perpetuando as desigualdades sociais e limitando as oportunidades de desenvolvimento desses jovens.

A evasão escolar é um fenômeno multifacetado que transcende os muros da escola, afetando toda a comunidade. A interrupção dos estudos, motivada por uma série de fatores, acarreta prejuízos irreparáveis para os estudantes, comprometendo seu desenvolvimento cognitivo, social e profissional. Dentre as principais consequências, tem-se a permanência da desigualdade social, pois a baixa escolaridade dificulta o acesso ao mercado de trabalho e outras estratégias de obtenção de renda na fase adulta (Santana et al., 2015).

Na Ilha de João Pilatos, Silva (2020) destaca que a pesca do camarão e do peixe é praticada principalmente durante o verão, porém a com a escassez dos rios e igarapés os levam a comprar produtos industrializados, comprar na cidade ou até mesmo a criação de aves. O modo de vida dos ribeirinhos é um assunto que vem sendo abordado constantemente nos últimos anos para estudos científicos, haja vista que são povos tradicionais, e na região amazônica são esses povos que atuam como protetores da floresta e as mantém em pé, e assim os serviços ecossistêmicos são garantidos por essas populações. A pesca e a agricultura não somente suprem a necessidade alimentícia, mas também geram renda a essa população. Praticar a pescaria, para um ribeirinho, é responsabilidade que ele carrega ao longo da vida, para o sustento da sua família (Nogueira; Souza, 2019).

O ribeirinho enfrenta inúmeros problemas de saúde, alguns não sabem nem ler nem escrever. A má condição sanitária e a má alimentação têm

refletido na alta prevalência de adultos e crianças. Em particular nas áreas ribeirinhas o acesso à assistência médica é raro. Sabe-se que existem poucos agentes comunitários de saúde. Quando os ribeirinhos necessitam de assistência médica são obrigados a se deslocar aos postos de saúde do município mais próximo depois de longas viagens nos barcos, canoas ou rabetas.

As memórias da comunidade permitem entender que ser ribeirinho para as famílias da ilha de João Pilatos, em outros tempos, significava ter orgulho do suor do seu trabalho. No entanto, atualmente, há uma grande espera por benefícios governamentais, o que causa à juventude ociosidade e falta de disposição.

A respeito dos problemas socioambientais e culturais nota-se que com o passar do tempo eles se intensificam de forma constante e é necessário formar cidadãos para estudar e solucionar os problemas socioambientais na localidade em que eles se encontram inseridos pois, além de o cidadão se tornar agente participativo, irá colaborar para a melhoria e a qualidade de vida do seu grupo. Atualmente, quando se inicia discussão sobre modo de vida ribeirinho, é fato compreender as distâncias geográficas que ainda acometem esse povo, fato que dificulta melhores condições ao acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico, à energia elétrica entre outros elementos necessários à vida humana, tais carências são facilmente verificadas nas comunidades.

Mesmo com a “modernidade” da cidade invadindo o seu espaço a população ribeirinha se adapta aos meios e modos tradicionais de viver e mantendo sua tradição que, ainda que ameaçada pelas novidades exógenas, nunca deixa de estar lá, em suas rabetas (canoas) e suas máquinas de bater açaí; nesse contexto, os ribeirinhos se apresentam como uma das populações mais resistentes, para a qual converge toda a história de formação social da Amazônia. Ressalta-se que o modo de vida dos ribeirinhos é um assunto que

vem sendo abordado constantemente nos últimos anos para estudos científicos, haja vista que são povos tradicionais, e na região amazônica são esses povos que atuam como protetores da floresta e as mantém em pé, e assim os serviços ecossistêmicos são garantidos por essas populações.

Os festivais de açaí (Fig. 3) desempenham um papel fundamental na economia das ilhas de Ananindeua, complementando as rendas provenientes de atividades tradicionais e benefícios sociais. Além de promover a cultura local, esses eventos geram recursos importantes para a construção de áreas de lazer e a melhoria da infraestrutura das comunidades, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região. Realizado anualmente no segundo domingo de setembro e organizado pela associação comunitária, o Festival do Açaí mobiliza todos os moradores de João Pilatos em prol de melhorias para a comunidade. No entanto, apesar do engajamento da população e dos recursos arrecadados, a geração de empregos formais permanece como um desafio, com a economia informal ainda sendo predominante na região.

Figura 3 – II Festival do Açaí das Ilhas de Ananindeua.



Fonte: Disponibilizado por moradores da comunidade (2013).

O ribeirinho, segundo Oliveira (2015) é cercado de saberes da tradição, não necessariamente da instrução escolar e do saber científico. Esse sujeito faz sua análise sobre as experiências adquiridas diretamente do contato com a terra e com o rio, de maneira imediata.

Os ilhéus não vivem de forma isolada do mundo. Aliás, nenhum ilhéu produz para si mesmo, a produção é sempre para o mercado, para o consumo coletivo, para ser inserida na sociedade capitalista e para a demanda de todos, sejam os mais próximos do seio familiar, da comunidade ou de um outro ponto da cidade, da Amazônia ou do planeta. (Diniz, 2018,).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário compreender que a Amazônia não se limita apenas às suas fontes de recursos naturais, deve-se levar em conta a identidade amazônica como uma especificidade territorial dos seus povos. Os ribeirinhos são fonte de uma gama de conhecimentos empíricos; como os saberes tradicionais e suas crenças que foram repassados pelos seus ancestrais.

Deve-se levar em consideração a identidade da população ribeirinha se torna essencial para o reconhecimento e identificação das reais necessidades das comunidades ribeirinhas, e assim colaborar para a construção de conhecimentos que embasam a construção de políticas públicas e leis que visem a melhoria de ofertas de serviços nas comunidades.

O modo de vida nas comunidades ribeirinhas, cujo cotidiano é diretamente influenciado pelos fluxos dos rios, vai na contramão do modelo de civilização globalizada. Entretanto, é preciso reconhecer que com a expansão do capitalismo na região, essas sociedades sofreram transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e territoriais.

Portanto, para obter a compreensão da identidade das comunidades ribeirinhas na região Amazônica é preciso ter a noção de suas cultura e territorialidade, seu conhecimento e práticas cotidianas, já que a partir do empirismo e do concebido a consciência de pertencimento socioespacial, as identidades territoriais se constituem.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.; DURAN, J. ; PASSADOR G. A cadeia produtiva do açaí e sua importância nas exportações do estado do Pará. *Revista ft.* v. 26, ed. 112/JUL 2022.

- BRASIL, Lei nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007.
- CAMPOS, E. B. As sociedades Amazônicas e o SUAS. In: CAMPOS, E. B. (Org.). *Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social*. 1. ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013. p. 31-51.
- CASTRO, EDNA. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1997.
- CASTRO, JOSUÉ DE. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro*: Edições Antares, 1984.
- CHAVES, MARIA P. S. R. *Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá*. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- CONCEIÇÃO, M.; SODRÉ, M.; FILHO, S. Comunidades Ribeirinhas da Amazônia: reflexões sobre o saber e o viver. In: X Jornada Internacional Políticas Públicas. Belém, PA, 2021.
- CRUZ, MANUEL M. Sítios agroflorestais na várzea do Careiro. *Revista de Geografia da Universidade do Amazonas*, Manaus, v. 1, n.1, p. 105-122, jan/dez. 1995.
- CRUZ, VALTER DO CARMO. Rio como espaço de referência identitária na Amazônia: Considerações sobre a Identidade Ribeirinha. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, RJ. 2011.
- DINIZ, FRANCISCO. Traduzindo o espaço nas ilhas de Ananindeua a partir da paisagem e lugar. *GeoAmazônia*, Belém, v.6, n.12, p. 128-142, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.18542/geo.v6i12.12533>. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12533>. Acesso em: 10 out. 2023.

FONTES, E., RIBEIRO, F. 2012. Os trabalhadores do açaí na Amazônia: cotidiano, natureza, memória e cultura. *História Oral* 1 (15).

FRAXE, THEREZINHA DE JESUS PINTO; PEREIRA, HENRIQUE DOS SANTOS; WITKOSKI, ANTÔNIO CARLOS (ORGS.). *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA, 1994.

GEERTZ, CLIFFORD. *A interpretação das culturas*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

LA BLACHE, PAUL VIDAL DE. Geografia geral - Os gêneros de vida na geografia humana. *Revista Geographia*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.113-130, 2005.

LOUREIRO, J. J. P. *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: CEJUP, 1995.

LOUREIRO, VIOLETA REFKALEFSKY. *Amazônia: Estado-Homem-Natureza*. Belém: CEJUP, 1992.

LOUZADA, CAMILA. *As grandes obras para reabertura da BR-319 e seus impactos nas localidades ribeirinhas do Rio Solimões: Bela Vista e Manacapuru, no Amazonas*. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: Pontos e contrapontos*. 7. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MARQUES, MARTA INEZ MEDEIROS. *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB*, Dissertação – FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

MENDONÇA, MARIA SILVA DE; FRANÇA, JOSÉ FERREIRA; OLIVEIRA, ANDRÉIA BARRONCAS DE; PRATA, RESSILIANE RIBEIRO; AÑEZ, ROGÉRIO BENEDITO DA SILVA. *Etnobotânica e o saber tradicional*. In: FRAXE, Therezinha

- de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (Orgs.). Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: Modos de Vida e Uso dos Recursos Naturais. Manaus: EDUA, 1994. p. 91-106.
- MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUSA (ORG.). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. p. 408.
- NOGUEIRA, M. DE N. L.; SOUZA, L. DE O. Educação Ambiental: um estudo de caso em uma comunidade ribeirinha do Estado do Amazonas. *Ensino em revista*, 2019.
- OLIVEIRA, JOSÉ. Os ribeirinhos da Amazônia: das práticas em curso à educação escolar. *Revista de Ciências da Educação*, São Paulo, v. 1, n. 32, 2015. p. 73-95.
- PINHEIRO, T. T. Um modo de produção no espaço do ribeirinho: Um estudo do Distrito de Nazaré/RO. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. UFU, Uberlândia, MG: 2012.
- SACK, Robert David. Territorialidade humana: sua teoria e história. London: Cambridge University Press, 1986.
- SANTANA, MARIA ROSANGELA; SILVA, BRAZ RIBEIRO; GUIMARÃES, MARIA IVONE PEREIRA. As causas e consequências da evasão escolar na educação de jovens e adultos. *Revista Científica Semana Acadêmica*, Fortaleza, n. 74, p. 1-13, 2015. Disponível em:
<https://semanaacademica.org.br/artigo/causas-e-consequencias-da-evasao-escolar-na-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 17 out. 2023.
- SANTOS, MILTON. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, ROGÉRIO GRAÇAS DOS SANTOS; SALGADO, MAYANE SOARES; PIMENTEL, MÁRCIA APARECIDA DA SILVA. Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e a relação com a natureza. *Uniara – Universidade de Araraquara*. São Paulo, 2010.
- SAQUET, MARCOS AURÉLIO; SPOSITO, ELIZEU SAVÉRIO (ORGs.). *Território e*

territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, IÊDA RODRIGUES DA. Modo de Vida Ribeirinho: construção da identidade amazônica. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 8, 2017, São Luiz. Anais... São Luiz: Universidade Federal do Maranhão – UFMA. 22 a 25 de Agosto de 2017.

SILVA, IRANEIDE SOUZA. Da natureza à mesa: trabalho e trocas materiais e interculturais em uma metrópole amazônica. *In: CASTRO, Edna Ramos de; FIGUEIREDO, Silvio Lima. (orgs.). Sociedade, Campo Social e Espaço Público.* Belém: NAEA, 2014. p. 43-57.

SILVA, LUZIENE. Alimentação na várzea amazônica: um estudo dos hábitos alimentares de famílias ribeirinhas do município de Alenquer-PA. *Revista Ciências da Sociedade (RCS)*, v. 4, n. 7, p. 177-206, jan./jun. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342919478_Alimentacao_na_varzea_amazonica_estudo_dos_habitos_alimentares_de_familias_ribeirinhas_do_municipio_de_Alenquer-PA. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, SIMONE SOUZA DA COSTA. Rotinas Familiares de Ribeirinhos Amazônicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, abr./jun. 2010, v. 26, n. 2, p. 341-350.

SILVA, SUANY; FREITAS, ALAIR. Mudanças nos Meios de Vida dos Ribeirinhos a Partir da Ressignificação Econômica do Açaí (Euterpe Oleracea Mart) Um Estudo Em Igarapé-Miri, Pará. *Amazônica - Revista de Antropologia*. 2021.

SILVA FILHO, Eduardo Sanches da. *Uma proposta de modelagem linear para a cadeia reversa do açaí no estado do Pará*. 2019. 46 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, João Monlevade, 2019.

TOURINHO, M. M. Várzeas do estuário do Rio Amazonas: características e possibilidades agroeconômicas. *In: GAMA, J. R. V.; PALHA, M. Das D. C.;*

SANTOS, S. R. M. Dos (Org.). A natureza e os ribeirinhos. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2009. p. 269-292.